

ATA 12/03 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos doze dias do mês de junho de 2003, reuniu-se às dezenove horas na Associação dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, em Plenária Extraordinária: **1)Apresentação; 2) Informes; 3) Convites; 4) Leitura da ata nº11/03; 5) Pareceres da SETEC nº19, 20, 21 e 22/03 - Saúde Solidária e 6) Pauta: Cortes Orçamentários da PMPA-Impacto à Saúde. 1)Apresentação / Faltas justificadas:** Maria Ivone Dill (Leste), Roger dos Santos Rosa (ABRAHUE), Sônia Martini Mansur (Nutricionistas) e Betusa Kramer (SIMERS). **Lista de presenças em anexo. 2)Informes:** A Comissão de Relatoria da I Conferência Municipal de Assistência Farmacêutica e Políticas de Medicamentos informa reunião dos Delegados à Conferência Estadual de Assistência Farmacêutica dia 18-06 às 15h no 2º andar da SMS. **3)Convites:** a)12-06 Assinatura do Relatório Técnico Antropológico do Quilombo do Silva, a Rua São Manoel nº50; b)13-06 Seminário de Reabilitação promoção do Gabinete do Vereador Renato Guimarães na Câmara; c) 14-06 Inauguração o PSF Safira Nova e Lançamento da Campanha de Vacinação - Rua LI/Alberto Galia nº 230 às 9h; d) 16-06 Mostra de Políticas Públicas para Pacientes Portadores de Deficiências (PPD's) no Mercado Público sala 10 às 16h. **4) Leitura da ata nº11/03: A Conselheira Ana Cirne,** faz a leitura que após lida é aprovada por 17 votos a favor e 03 abstenções. **5) Pareceres da SETEC nº19, 20, 21 e 22/03 -Saúde Solidária: Sra. Jane Pilar,** representante da SETEC, faz a leitura dos seguintes pareceres: nº 19-Hospital São Lucas da PUC: aprovado por 23 votos a favor, nº 20-Hospital Santa Casa: aprovado por 24 votos a favor e 01 abstenção, nº 21 Instituto de Cardiologia: aprovado por 24 votos a favor e nº 22-Hospital Parque Belém: aprovado por 23 votos a favor. **5) Pauta: Cortes Orçamentários da PMPA-Impacto à Saúde: O Coordenador Humberto Scorza** abre a pauta explicando que devido a falta de recursos municipais, explicitada pelo Sr. Prefeito João Verle haverá redução de recursos para a SMS e o controle social quer saber qual o impacto sobre à Saúde de Porto Alegre. Os usuários alegam que na hora de conseguir dinheiro são parceiros e quando dos cortes não são chamados. O CMS sabe que a SMS já reuniu os prestadores de serviço promovendo algumas reduções de procedimentos. Registra a presença do Sr. Ricardo Colar Secretário Municipal da Fazenda e do Dr. Joaquim Kliemann, Secretário Municipal da Saúde. Ricardo Colar agradece convite para discussão sobre ajustes da Prefeitura Municipal de Porto Alegre para 2003. E afirma que não há rombo Municipal nem desequilíbrio e sim monitoramento da execução orçamentária. Todas as demandas são justas, legítimas e necessárias, mas assim como o usuário não gastaria mais do que recebesse a Prefeitura não tem como fazê-lo. Há a previsão de déficit que não se quer confirmar. A PMPA goza de equilíbrio econômico e financeiramente a performance da saúde tem sido muita boa. Em 2002 aplicou-se 20,5% do orçamento em saúde em Porto Alegre, acima dos 14,5% previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em 2002 ocorreu um déficit de 36 milhões entre o recebido e o pago pelo SUS. Em 2003, no 1º Quadrimestre o déficit apontava para 8 milhões. O objetivo é que se gaste menos, mas mantenha o mesmo padrão de atendimento à população. Entre 1998 e 2001 a receita de 400 milhões esteve comprometida em 76% com pagamento de pessoal. Desde 1996 as necessidades em áreas de política social com aumento de custeio. Com a Municipalização houve necessidade de novas nomeações e gastos. PMPA investindo em infra-estrutura urbana e manteve bimestralidade pelo IGPM. (reajustamento em 294,30% no número de servidores). Quando o Sr. Prefeito João Verle previu déficit de 85 milhões e as necessidades sociais priorizadas pelo Orçamento Participativo deve se considerar as ações de competência concorrente com contrapartida do estado e do Governo Federal, devido a complexidade dos gastos e também concentração da carga tributária nacional. Em 1998 o encargo dos municípios era de 16%, hoje beira os 19% e mais de 60% da arrecadação tributária é de competência da União. A Secretaria da Saúde do Estado e o Ministério da Saúde esperam concluir até o final do mês estudos para recomposição dos

53 recursos financeiros sem o aumento da carga tributária municipal, que hoje está defasada
54 em 70%, mas que a Câmara não votou, com interesses eleitoreiros. Hoje não debate
55 porque acaba distorcido. Em 2002 houve queda de arrecadação de impostos de 14%.
56 Porto Alegre não recebeu os 50 milhões que lhes são devidos pelo IPVA. A arrecadação
57 com ITBI, ISSQN, IPTU está defasada em 13% por devedores O IPTU não pago está
58 64% ajuizado e existem 64 ações de ISSQN contra bancos. Busca-se uma capacidade
59 alfandegária para cobrar mais e melhor e combater as fraudes e a elisão fiscal para não
60 provocar falha ou queda de atendimento ao cidadão. O Coordenador Humberto Scorza,
61 indaga ao Gestor onde repercutiu o corte na SMS ao Secretário Joaquim Kliemann. O
62 mesmo refere que o Secretário Ricardo Colar foi muito claro. Fará sucinta explanação que
63 todos entenderão. O teto de Porto Alegre se manteve inalterado nos últimos 4 anos. Mas
64 houve aumento da demanda ao SUS, empobrecimento da população em função da
65 recessão do país. Usuários pré-pagos migraram para o SUS e a longevidade da
66 população que fica mais sujeita à doenças Crônicas e degenerativas e internações.
67 Inflação setorial na saúde em todos os setores. O custo médio aumentou 20% em 2000. A
68 lógica seria reduzir o atendimento em 20%. Porto Alegre investiu seus próprios recursos
69 do Tesouro municipal. Os 99 prestadores são remunerados com 85% do teto. Os outros
70 15% ao desenvolvimento de outras ações, campanhas, mutirões e custeio da gestão.
71 Trouxe serviços e responsabilidades para as quais não recebeu repasse para despesas
72 com prestadores e chegou a ser consumido mais de 105% do teto para o pagamento dos
73 prestadores, tendo sido estabelecido um máximo de 92%. A partir da segunda quinzena
74 de maio houve o corte de 6% e em junho de 14% para o pagamento de ambulatórios e
75 diagnósticos. A SMS tem feito um movimento para recompor o teto, visando atenuar a
76 deficiência de custeio. Os problemas de financiamento da saúde no Brasil são de
77 conhecimento de todos. A tabela do SUS está defasada. Há Indicativo Nacional de
78 possibilidades de correção do teto talvez ainda nesse mês. Porto Alegre gastou 130
79 milhões com saúde por conta dos cofres Municipais. O HPS custou 70 milhões e para o
80 SUS 10 milhões sem receber nada do Governo Estadual e nem dos outros Municípios já
81 que atende toda a Região Metropolitana e todo o Estado do Rio Grande do Sul sem
82 qualquer possibilidade de manter esse quadro até o final do ano. **O Coordenador Dr.**
83 **Humberto Scorza** abre as inscrições: **Sr. Deoclides do CLS Partenon**, 3ª Região mais
84 concentrada da cidade fala que o recado é para o Prefeito e que gostaríamos da presença
85 do Prefeito nesta Plenária. Os recursos foram cortados no meio do mês com os
86 compromissos das pessoas jurídicas já assumidos para o final do mês. Como fica usuário
87 quando se diminui o dinheiro? Será que o povo vai parar de ficar doente? **Sr. Jairo**
88 **Tessari da Federação dos Filantrópicos**, informa que em 20/05 os prestadores
89 receberam a correspondência e refletiram sobre os serviços prestados. O corte de 7,5%
90 em maio e de 15% em junho pode-se entender, mas é difícil de cumprir. Em 30/05 os
91 prestadores reuniram-se com Prefeito João Verle e com os Secretários Joaquim Kliemann
92 e Ricardo Colar onde deixaram claro que reduzir dá, mas o que não dá é para retomar
93 no mês seguinte. Os hospitais possuem 9 milhões de reais a receber e a solução não está
94 nos hospitais, mas sim num pacto de gestão entre Estado e União. Em 11/06 a BIPA
95 (Comissão Intergestores Bipartite) encaminhou que de forma emergencial haja solicitação
96 de recursos extra-teto com base nos recursos não utilizados dos outros estados. Espera
97 negociar, pois o redimensionamento para menos somente diminuirá o prejuízo das
98 filantrópicas. **Sr. Irineu Grimberg do SINDILAC**, lamenta a maneira como foram
99 comunicados, por fax, em 12 de maio ou AR (aviso de recebimento), com o mês em
100 curso. Os parâmetros já eram insuficientes. Para a atividade que exercem, da mais alta
101 importância, não foram chamados para comunicação oficial, nem houve convocação do
102 segmento. Hoje, os poucos que atendem o SUS são os vocacionados que se consideram
103 parceiros, mereceriam mais consideração do gestor. O ISSQN era de 0,5% sobre serviços
104 SUS e a partir de janeiro passou a 4%, de tudo que recebe no SUS 2% é para o município

105 e outros tributos obrigatórios sobre o faturamento aumentam os encargos. **O Sr. Nei**
106 **Carvalho, Coordenador Adjunto**, registra que as colocações foram claras e
107 interessantes, pena não terem vindo antes para o debate, como ocorria no início dos anos
108 90 em que todos participaram desse projeto. Gostaria da posição política do Prefeito João
109 Verle sobre as questões. Todos falam em Controle Social mas as pessoas não aparecem
110 para explicar, mas os Secretários são cargos de confiança do Prefeito. Precisamos da
111 resposta política, pois o Controle Social sente-se traído. Porto Alegre cortando verba da
112 saúde e a mídia bombardeando o Sistema Único de Saúde de Porto Alegre. Os ajustes
113 são necessários, cortes são outra coisa. É um desrespeito ao Controle Social a ausência
114 do Prefeito. Quando há interesse para que a população aprove projetos ou recursos
115 sabem envolver o Controle Social. Não se pode aceitar o corte na saúde. Toda a grande
116 Porto Alegre vem para o município e este fica bancando. O Hospital Presidente Vargas e
117 o Hospital de Pronto Socorro, que hoje estão lotados e a população não vai mais no
118 Orçamento Participativo por não sentir mais respalda. O Prefeito João Verle também não
119 compareceu na I Conferência Municipal de Assistência Farmacêutica. Utiliza-se vale taxi
120 para cima e para baixo. A população com uma espera de dois anos para ortopedia e
121 neurologia, cortando aonde vai chegar ? Considera um descaso a ausência do Prefeito
122 nesta Sessão Plenária e também a ausência do gestor nas reuniões do Núcleo de
123 Coordenação. **O Secretário Ricardo Colar** informa que ele e o **Dr. Joaquim Kliemann**,
124 estão representando o Governo e considera a reação desproporcional. O Prefeito fez o
125 debate público. A Secretaria Estadual quer entregar o Murialdo sem qualquer aumento de
126 recursos. Para que não se tenha cortes na saúde e termine o dinheiro é preciso monitorar.
127 A PMPA está na busca de solução compartilhada e articulada pois em 2002 bancou 36
128 milhões de reais. Os comentários do Sr. Deoclides não são favoráveis, criando um
129 ambiente de desconfiança, desconforto e de desconstituição. Nem 100% de recursos
130 financeiros a mais resolve. Em 2002 mais 36 milhões, em 2003 8 milhões e **Sr. Jairo**
131 **Tessari** informa que a PMPA deve 9 milhões o que está provado que não dá. O Governo
132 está abrindo o debate e nunca se esquivou de fazê-lo. Sem nenhum tipo de preguiça,
133 talvez os novos atores do Controle Social não vejam. Quanto ao ISSQN (Imposto Sobre
134 Serviços de Qualquer Natureza) , uma emenda Nacional elevou a alíquota de ISS em 5%,
135 Porto Alegre aprovou um aumento de 2% a fim de proteger os prestadores. O Secretário
136 Ricardo Colar gostaria que o CMS criasse outro ambiente político em que as pessoas
137 reconheçam os serviços. O **Dr. Kliemann** justifica a ausência de representação do gestor,
138 no Núcleo, porque foi avisado 10 minutos antes. **O Coordenador Dr. Humberto Scorza**
139 **ressalta** que a agenda da reunião do Núcleo de Coordenação é elaborada com uma
140 semana de antecedência, a representação SMS não repassou a agenda ou não
141 compareceu. **O Secretário Ricardo Colar** destaca que os cortes são de recursos que
142 não existem. Quanto a ausência do Prefeito João Verle o mesmo está no Orçamento
143 Participativo e a representação de dois Secretários do Poder Executivo, não é algo que
144 desrespeite o CMS. **Sr. José** é favorável ao aumento de recursos federais. A segurança
145 nacional e o progresso do país dependem da saúde. **Dra. Ana Cirne** indaga sobre os
146 recursos da CPMF e sobre o que compõe o teto. Outras atividades para cortar primeiro se
147 não tem dinheiro para saúde cortem eventos, viagens, fóruns. Cortem mesadas para ex-
148 presidentes, aposentadorias proporcionais para os parlamentares, etc. **Dr. Armando de**
149 **Negri, ASSEPLA/SMS**, lembra que a CPMF não tem mais nada a ver com o SUS e sim
150 com o Orçamento Geral da União. A emenda complementar 29 destina 15% da receita
151 tributária líquida dos municípios para a saúde em 2004, assim como 12% para os estados
152 e 9,8% para a União conforme o aumento do PIB, o investimento da União vai
153 aumentando. A EC 29 aprovada em 2000, foi uma conquista do Controle Social. O
154 pagamento de prestadores direto pelo MS consome a maior parte do teto. Inflação do
155 setor , dos componentes variando custos sem reajustes de tabela. Panorama complexo
156 de financiamento que o Governo Federal tem que resolver. 97% das despesas com o

157 SAMU são Municipais. O Ministério da Saúde a partir de agosto cobrirá 50% do custeio. O
158 PSF entre 2004 e 2005 também terá financiamento do MS. Em 2002 no Orçamento
159 Participativo foi colocado problemas de dinheiro na saúde, há uma pressão social para
160 investir em saúde. Foram revisados contratos e serviços, substituindo compras e
161 reduzindo. Cortando fundo num esforço de evitar o corte na assistência. Atividade política
162 intensa para uma saída. **Sra. Zilda Martins, CLS Partenon**, coloca que estamos abrindo
163 o debate segundo o Secretário Ricardo Colar ,entretanto o que está se verificando é que
164 já estão cortando. E exemplifica com a situação da Sultrauma do Partenon, único
165 prestador de traumatologia, área estrangulada na região, que foi cortado. **Sr. Antônio do**
166 **SERGS**, informa que maio é a data base para o dissídio dos enfermeiros e os cortes no
167 SUS tem acelerado as questões trabalhistas, remetendo os profissionais da área ao
168 desemprego e preocupando os trabalhadores em saúde. As verbas públicas não podem
169 estar centradas nos hospitais. **A Sra. Ione Nichele, CLS Noroeste**, fala que a prioridade
170 da Prefeitura nunca é aqui no Controle Social do SUS. A saúde está todo o dia na mídia,
171 mas quando trata-se de decisão o Controle Social não é chamado. Só lembram do CMS
172 quando precisam de aprovação para verbas públicas. Desconhecem o trabalho dos CLS.
173 Simplesmente voltaram as costas ao CS que ficou sabendo dos cortes pelos jornais. **O**
174 **Secretário Joaquim Kliemann** afirma que o primeiro corte foi só no extra-teto e o
175 segundo de 25% em tudo. A SMS vem trabalhando há tempo numa lógica de redução de
176 despesas, na verdade não se trata de corte e sim de redução. **A Sra. Iolanda Dalmás**,
177 afirma que é preciso ter Fé, para o bem da humanidade e não acredita que um governo
178 comprometido socialmente, vá prejudicar o povo. **Sr. Nei Carvalho, Coordenador**
179 **Adjunto**, diz que a discussão dos cortes só foi chamada por pressão do Controle Social,
180 pois não houve por parte do governo disposição de discutir. E respondendo, ao Secretário
181 Ricardo Colar, que conselheiros novos às vezes tem muito a contribuir e se fazem mais
182 presentes na busca de resultados, antes os usuários podiam discutir. **A Conselheira**
183 **Encarnación** reforça a posição do **Sr. Nei**, quanto aos conselheiros novos e sua
184 indignação pela ausência constante, do Prefeito João Verle no Controle Social. **O**
185 **Secretário Ricardo Collar**, informa que foi mantida a bimestralidade, subordinada a Lei
186 de Recurso Fiscal. O executivo está cortando em outros itens também. Não há cortes e
187 sim delimitação dentro dos recursos do município. A presente Ata foi aprovada por 15
188 votos favoráveis e 1 abstenção. Nada mais havendo a relatar a reunião encerrou-se às
189 22h e dela eu, Eliana de Carvalho Aguiar lavrei a presente ata.

190
191
192 HUBERTO SCORZA
193 Coordenador do CMS

ELIANA AGUIAR DE CARVALHO
Secretaria Executiva do CMS/POA
Ata aprovada na reunião do plenário de 26/06/2003.